






EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

	OBJETO Registro de Preços para a aquisição de materiais pedagógicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de ensino da rede municipal (Educação Básica, Educação Infantil – Atendimento em Pré-escola, Educação Infantil – Atendimento em Creches) e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Formoso do Araguaia –TO
	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 138.661,34 (Cento e Trinta e Oito Mil e Seiscentos e Sessenta e Um Reais e Trinta e Quatro Centavos).
	DADOS DA SESSÃO PÚBLICA <u>Dia 28/05/2026 às 08:00h (horário de Brasília)</u> RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 25/05/2026 RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 25/05/2026 RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 28/05/2026 às 07:59

CONTRATANTE
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXCLUSIVO ME/EPP



Acesse o portal e
apresente sua proposta!



CRITÉRIOS DA CONTRATAÇÃO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR ITEM
MODO DE DISPUTA	MENOR PREÇO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	0,05%
REGIME DE EXECUÇÃO	FORNECIMENTO
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	NÃO
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	SIM
HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	60 (sessenta) DIAS

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
7. DA PROPOSTA READEQUADA.....	14
8. DA FASE DE JULGAMENTO	15
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10. DEMAIS DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÕES	17
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
12. DOS RECURSOS.....	19
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	21
ANEXO CADASTRO RESERVA	30
MINUTA CONTRATO	

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORMOSO DO ARAGUAIA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

(Processo Administrativo nº 875/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA/TO, por meio do departamento de licitações, sediado Avenida Hermínio Azevedo Soares nº 150, Centro, FORMOSO DO ARAGUAIA - TO, realizará:

licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa nº 73/2022, de 30 de setembro de 2022, Instrução Normativa mº 116, de 21 de dezembro de 2021, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2025, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) do Portal de Compras Públicas**
2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Formoso do Araguaia/TO, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do portal de compras públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br.
3. O fornecedor deverá observar **as datas e os horários limites previstos** no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a aquisição de materiais pedagógicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de ensino da rede municipal (Educação Básica, Educação Infantil – Atendimento em Pré-escola, Educação Infantil – Atendimento em Creches) e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Formoso do Araguaia –TO.

- a. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- a. As regras referentes aos órgãos gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- a. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- b. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br
- c. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- d. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- e. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- f. Para os itens identificados no termo de referência como EXCLUSIVOS a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- i. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

g. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

h. Não poderão disputar esta licitação:

*i.*aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

*ii.*autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

*iii.*empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

*iv.*pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

*v.*aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

*vi.*empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

*vii.*pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

*viii.*agente público do órgão ou entidade licitante;

ix. *Uma empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio. Ou seja: cada empresa só pode se cadastrar uma única vez no certame, para não haver improbidade ou ato ilícito durante o processo;(art. 15, IV)*

*x.*Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

*xí.*Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

i. O impedimento de que trata o item h.iv será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

j. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens h.ii e h.iii poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

k. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

l. O disposto nos itens h.ii e h.iii não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

m. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

n. A vedação de que trata o item h.viii estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

b. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

c. O licitante deve apresentar a proposta e os documentos de habilitação na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no item 9 deste Edital.

d. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

i. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes

na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- ii.* não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - iii.* não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - iv.* cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- f. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- i.* no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - ii.* nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- g. Declaração de conhecimento do Edital: “Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- h. Declaração de Elaboração Independente de Proposta: “Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP”
- i. Declaração de Veracidade: “Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.”
- j. A falsidade da declaração de que trata os itens d ou f sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

- k.* Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- l.* Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- m.* Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- n.* Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- i.*a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - ii.*os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- o.* O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- i.*valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - ii.* percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- p.* O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item n possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- q.* Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- r.* O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

i.i. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

ii. Marca; (se for o caso)

b. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

i. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

c. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

d. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

e. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

f. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

g. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

h. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

*i. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.*

ii. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

iii. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

i. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido

processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

j. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

k. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

a. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

b. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

c. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

d. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

e. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM**.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

f. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

g. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **(0,05%)**.

h. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

i.i A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

i. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo disponibilizado pelo portal de compras públicas após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

j. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa aberto**.

k. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

i.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

ii.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

iii.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

iv.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

v.Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

l. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

i.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

ii.Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

iii.No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

iv.Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

v. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

m. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

i. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item m, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

ii. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

iii. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

iv. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

v. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

vi. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

n. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

o. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

p. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

q. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

r. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua

reabertura que será retomada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- s. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- t. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- i. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- ii. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- iii. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- iv. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- u. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- i. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

ii. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

v. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

i. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

ii. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

iii. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7. DA PROPOSTA READEQUADA

i. O pregoeiro **PODERÁ** solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

ii. No que se refere ao item anterior, só será obrigatório o envio, quando solicitado no chat pelo pregoeiro.

iii. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

iv. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

a. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.h do edital.

i. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

b. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.f.i e 4.f deste edital.

c. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

d. Será desclassificada a proposta vencedora que:

i. conter vícios insanáveis;

ii. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

iii. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

iv. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

v. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

e. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

i. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

f. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

g. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

- h.* Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- i.* Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- j.* No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- k.* Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- a.* Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- b.* Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- c.* Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- d.* Na hipótese de o licitante ser pessoa física, deverá ser obedecida as regras estabelecidas no Art. 5º da Instrução Normativa nº 116, de 21 de Dezembro de 2021.
- e.* Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- f.* Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia autenticada em cartório, ou por servidor desta Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.
- g.* O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (*modelo anexo VII*)

i. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

h. Nos casos em que a contratação exige avaliação prévia do local:

h.i A avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

h.ii O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme especificado no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

h.iii Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10. DEMAIS DISPOSIÇÕES E OBRIGAÇÕES

a. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

b. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

i. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

d. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória Nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

d.i Fica dispensado o reconhecimento de firma das assinaturas caso atendidas as disposições acima.

e. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 6.

f. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

i. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

ii. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

b. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.1.1.A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.1.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

c. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

i. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

ii. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

d. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

i. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

ii. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

- a. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- b. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- c. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - i.a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - ii.o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - iii.o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - iv.na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- d. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- e. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- f. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- g. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- h. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- i. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- j. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://formosodoaraguaia.megasofttransparencia.com.br/contratos-convenios-e-licitacoes/procedimentos-licitatorios?>

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- a. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- i.* deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- ii.* Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 4. deixar de apresentar amostra;
 5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- iii.* não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- iv.* apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- v.* fraudar a licitação
- vi.* comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- vii.* praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- viii.* praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- b.* Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- i.* advertência;
- ii.* multa;
- iii.* impedimento de licitar e contratar e
- iv.* declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- c.* Na aplicação das sanções serão considerados:

- i.*a natureza e a gravidade da infração cometida.
- ii.*as peculiaridades do caso concreto
- iii.*as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- iv.*os danos que dela provierem para a Administração Pública
- v.*a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- d.* A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- i.*Para as infrações previstas nos itens a.i, a.ii e a.iii, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- ii.*Para as infrações previstas nos itens a.iv, a.v, a.vi, a.vii e a.viii, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- e.* As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- f.* Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- g.* A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens a.i, a.ii e a.iii, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- h.* Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens a.iv, a.v, a.vi, a.vii e a.viii, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens a.i, a.ii e a.iii que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- i.* A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item a.iii, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- j.* A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

k. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

l. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

m. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

n. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

a. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

b. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

c. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados exclusivamente na forma eletrônica, conforme determina a Lei, através do site provedor do sistema.

d. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

i. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

e. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

b. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- c. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- d. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- e. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- f. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- g. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- h. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- i. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- j. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://formosodoaraguaia.megasofttransparencia.com.br/contratos-convenios-e-licitacoes/procedimentos-licitatorios?>
- k. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - i. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
 - ii. ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 - iii. ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Formoso do Araguaia-TO, 06 de maio de 2026.

DAVI GOMES DOS SANTOS
SEC. M. DE EDUCAÇÃO

ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 850/2026

1. DEMANDANTE:

SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESPONSÁVEL:

LUIZ GONZAGA RODRIGUES DA MOTA
SUELY TEIXEIRA SANTOS
RAFAELLA DE PAULA MELO CARVALHO
DAVI GOMES DOS SANTOS

TELEFONE:

(063) 3357-2893

E-MAIL:

secad@formosodoaraguaia.to.gov.br

2. DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de frota, visando à viabilização da locação de veículos de passeio, máquinas pesadas e equipamentos, por meio de sistema eletrônico e rede de estabelecimentos credenciados sob responsabilidade da contratada.

2.1.1. A solução deverá contemplar a disponibilização de sistema informatizado para gestão, controle e intermediação das locações, incluindo a operacionalização das solicitações, autorizações, execuções e faturamento dos serviços, bem como o credenciamento, manutenção e gestão da rede de fornecedores aptos à prestação dos serviços de locação.

2.1.2. A contratação tem como finalidade atender às demandas operacionais, administrativas e de infraestrutura das Secretarias e Fundos Municipais do Município de Formoso do Araguaia – TO, de forma contínua e sob demanda, assegurando maior eficiência na gestão, controle e execução das contratações.

2.2. DO REGISTRO DE PREÇO

2.2.1. O presente processo administrativo se trata-se de um registro de preços por meio de pregão eletrônico, fundamentado pela nova lei de licitações 14.133/2021.

2.3. DO MODELO DE REMUNERAÇÃO

2.3.1. A remuneração da empresa contratada dar-se-á exclusivamente por meio de taxa de administração, incidente sobre o valor efetivamente utilizado pela Administração nas locações de veículos, máquinas e equipamentos realizadas por meio da rede credenciada.

2.3.2. A taxa de administração será expressa em percentual (%) e poderá assumir valores positivos, nulos ou negativos (desconto), conforme proposta apresentada pela licitante, sendo considerada mais vantajosa aquela que apresentar o menor percentual.

2.3.3. A taxa de administração incidirá exclusivamente sobre o montante efetivamente executado no período, vedada a cobrança de qualquer valor fixo, taxa mínima, mensalidade ou custo administrativo desvinculado da efetiva utilização dos serviços.

2.3.4. O critério de julgamento da licitação será o de menor taxa de administração, nos termos da legislação vigente, inclusive quando se tratar de taxa negativa, desde que comprovada sua exequibilidade, quando exigido pela Administração.

2.3.5. DA TRANSPARÊNCIA E COMPOSIÇÃO DOS VALORES

2.3.5.1. A contratada deverá garantir total transparência na formação dos valores cobrados, disponibilizando à Administração, por meio de sistema informatizado, no mínimo:

- valores individuais de cada locação realizada;
- identificação completa dos fornecedores credenciados;
- detalhamento das propostas obtidas no processo de cotação;
- indicação da proposta vencedora e respectiva justificativa de escolha;
- aplicação da taxa de administração sobre cada operação;
- consolidação dos valores faturados no período.

2.3.6. DA VEDAÇÃO À COBRANÇA INDIRETA

2.3.6.1. Fica expressamente vedada a cobrança indireta de quaisquer valores pela contratada, inclusive por meio de:

- acréscimos nos preços praticados pelos fornecedores credenciados;
- taxas ocultas, comissões ou quaisquer encargos não previstos neste Termo de Referência;
- mecanismos que impliquem compensação da taxa de administração ofertada.

2.3.7. DA COMPATIBILIDADE COM OS PREÇOS DE MERCADO

2.3.7.1. A contratada deverá assegurar que os preços praticados pela rede credenciada sejam compatíveis com os valores de mercado, observando, sempre que aplicável:

- referências oficiais de preços, tais como SICRO, SINAPI, SICAP/LCO, bem como a plataforma CONSULTEC, utilizada como banco de dados para pesquisa de preços, para os itens correspondentes;
- parâmetros de mercado obtidos por meio de sistemas oficiais e bases públicas de referência;
- pesquisas de preços realizadas pela Administração;
- princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade.

2.3.7.2. Para fins de validação dos valores praticados nas locações de veículos, a Administração poderá adotar metodologias complementares de aferição de preços, incluindo a utilização de sistemas oficiais de acompanhamento de contratações públicas e a realização de cotações comparativas, conforme disciplinado em item específico deste Termo de Referência.

2.3.8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

2.3.8.1. A Administração poderá, a qualquer tempo:

- realizar auditorias nos valores praticados;
- exigir comprovação da formação dos preços;

- solicitar novas cotações;
- recusar contratações que não atendam aos critérios de vantajosidade.

2.3.9. DA AFERIÇÃO PERIÓDICA DE PREÇOS E PLANILHAS DE REFERÊNCIA

2.3.9.1. Para fins de controle da vantajosidade econômica e compatibilidade com os preços de mercado, a Administração adotará planilhas de aferição de preços específicas, segregadas por natureza do objeto, contemplando, no mínimo:

- planilha de referência para locação de máquinas e equipamentos, com base em tabelas oficiais aplicáveis, tais como SICRO e SINAPI;
- planilha de referência para locação de veículos leves, com base em contratações públicas similares, especialmente aquelas constantes em sistemas oficiais como SICAP/LCO, bem como na plataforma CONSULTEC, utilizada como banco de dados de pesquisa de preços, ou equivalentes.

2.3.9.2. As planilhas de aferição de preços deverão ser utilizadas como parâmetro complementar de análise das cotações apresentadas pela rede credenciada, não substituindo a obrigatoriedade de realização de múltiplas cotações, mas servindo como instrumento de validação da compatibilidade dos valores praticados.

2.3.9.3. Compete ao fiscal do contrato, no âmbito das atividades de acompanhamento e fiscalização da execução contratual, promover a elaboração, atualização e validação das planilhas de aferição de preços, com base nos elementos técnicos disponíveis, incluindo:

- nos orçamentos apresentados pela contratada;
- em pesquisas de mercado realizadas pela Administração;
- referências oficiais de preços, tais como SICRO, SINAPI e sistemas públicos equivalentes;
- contratações públicas similares.

2.3.9.4. As planilhas de aferição deverão ser revisadas periodicamente, no prazo máximo de 03 (três) meses, ou sempre que houver variação relevante de mercado, com o objetivo de assegurar a manutenção da vantajosidade, eficiência e economicidade da contratação.

2.3.9.5. A não observância dos parâmetros estabelecidos nas planilhas de aferição poderá ensejar a recusa da contratação, a glosa de valores considerados excessivos e a adoção das medidas administrativas cabíveis.

2.3.9.6. DA PLANILHA DE COMPARAÇÃO DE PREÇOS – MÁQUINAS PESADAS

2.3.9.6.1. A Administração elaborará planilha de comparação de preços específica para locação de máquinas e equipamentos, a qual servirá como parâmetro inicial de aferição dos valores praticados no presente processo, com base em referências oficiais, tais como SICRO, SINAPI e demais sistemas públicos aplicáveis.

2.3.9.6.2. A referida planilha terá como finalidade subsidiar a análise de compatibilidade dos preços praticados pela rede credenciada no momento da contratação, constituindo instrumento de validação da vantajosidade do processo.

2.3.9.6.3. Para fins de atualização e manutenção da aderência aos preços de mercado, deverá ser realizada nova aferição por meio de cotações atualizadas, conforme periodicidade e critérios estabelecidos no item 2.3.9.4 deste Termo de Referência.

2.3.9.6.4. Os valores apresentados pelos fornecedores credenciados deverão ser comparados com os referenciais constantes da planilha, sendo vedada a contratação por valores superiores aos parâmetros estabelecidos, salvo nas hipóteses excepcionais devidamente justificadas.

2.3.9.6.5. MÁQUINAS PESADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR SICRO	VALOR SINAP	VALOR MÉDIO

01	Caminhão basculante com capacidade de 10 m ³ - 210 kw – TRUCK	HORAS MAQUINA	R\$ 320,09	R\$ 338,54	R\$ 329,31
02	Caminhão Basculante com Capacidade de 6 m ³ - 136 KW 4x2	HORAS MAQUINA	R\$ 196,57	R\$ 234,49	R\$ 215,53
03	Minicarregadeira de pneus – 45,50 KW	HORAS MAQUINA	R\$ 175,42	R\$ 159,98	R\$ 167,70
04	Retroescavadeira de pneus com caçamba de escavação trapezoidal ou triangular com seção de corte de 0,30 a 0,50 m ² 58 kW	HORAS MAQUINA	R\$ 155,61	R\$ 160,64	R\$ 158,12
05	Caminhão ³ / ₄ com capacidade de 5 T – 120 kW	HORAS MAQUINA	R\$ 170,79	R\$	R\$ 170,79
06	Triturador de galhos e troncos rebocável com capacidade de até 350mm de diâmetro com guincho – 96,94 KW	HORAS MAQUINA	R\$ 216,64	R\$	R\$ 216,64
07	Caminhão tanque com capacidade de 13.000L a 14.000L – 188 KW- Pipa	HORAS MAQUINA	R\$ 358,03	R\$ 355,25	R\$ 356,64
08	Trator de Esteira	HORAS MAQUINA	R\$ 423,95	R\$ 779,70	R\$ 601,82
09	Extrusora de linha guia (máquina de meio fio)	HORAS MAQUINA	R\$ 47,20	R\$ 45,52	R\$ 46,36
10	Minicarregadeira de pneus com vassoura de 1,68 m - 45,50 kW	HORAS MAQUINA	R\$ 179,18	R\$ 159,98	R\$ 169,58
11	Caminhão Guindauto com cesto aéreo simples e capacidade de elevação de 5,7 T, e carroceria de 8,5 T- 136 KW	HORAS MAQUINA	R\$ 300,18	R\$ 343,02	R\$ 321,60
12	Caminhão carga seca capacidade de 15 T – 188KW	HORAS MAQUINA	R\$ 279,45	R\$ 273,01	R\$ 276,23
13	Rolo compactador liso tandem vibratório autopropelido de 1,6 T – 18 KW	HORAS MAQUINA	R\$ 126,57	R\$ 168,32	R\$ 147,44
14	Caminhão prancha	HORAS MAQUINA	R\$ 450,76	R\$ 382,08	R\$ 416,42
15	Mini carregadeira de pneus – 45,50 KW com complemento	HORAS MAQUINA	R\$ 192,74	R\$ 188,20	R\$ 190,47

	de fresadora de piso concreto – 6,7 KW				
16	Rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido por pneus de 11,6 T – 82 KW	HORAS MAQUINA	R\$ 237,27	R\$ 113,24	R\$ 175,25
17	Carreta basculante 52 T a 66 T	HORAS MAQUINA	R\$ 557,02	R\$ 552,35	R\$ 554,68
18	Equipamento para pintura com cal rebocável com dois bicos aplicadores e capacidade de 2.200 L	HORAS MAQUINA	R\$ 41,86	R\$	R\$ 41,86

2.3.9.6.5. VEICULOS LEVES MENSAL

01	DESCRIÇÃO	UND	MÉDIA SICAP	MÉDIA CONSULTEC	VALOR MÉDIO
01	LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PEQUENO PORTE, TIPO HATCHBACK, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE ANO DE FABRICAÇÃO 2023/2024, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS, MOTOR BICOMBUSTÍVEL, POTÊNCIA ENTRE 80 A 115 CV (ABASTECIDO COM GASOLINA), 4 PORTAS LATERAIS, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CÂMBIO MANUAL, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 4 PORTAS, SISTEMA DE SOM, SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL, COM JOGO DE TAPETES DE BORRACHA, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, QUILOMETRAGEM LIVRE, INSULFILM DE 50% NO	MÊS	R\$ 4377,77	R\$ 2.599,75	R\$ 3.488,76

	PARA-BRISA DIANTEIRO E 75% NAS LATERAIS E TRASEIRO, DE DESEMPENHO EQUIVALENTE, COM SEGURO TOTAL E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO DURANTE PERÍODOS DE MANUTENÇÃO. MODELO SUGERIDO: FIAT ARGO, VOLKSWAGEN POLO OU SIMILAR OU SUPERIOR.				
02	LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE NO MÍNIMO 176 CV DE POTÊNCIA, ANO DE FABRICAÇÃO 2022 OU SUPERIOR, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRAÇÃO 4X4, EQUIPADA COM RETROVISORES LATERAIS EXTERNOS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, AR-CONDICIONADO, FREIOS ABS E, NO MÍNIMO, 2 AIRBAGS, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 0,9 TONELADA. OBSERVA-SE QUE O COMBUSTÍVEL E O MOTORISTA SERÃO POR CONTA DA CONTRATANTE, ENQUANTO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E O SEGURO SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. MODELO	MÊS	R\$ 11.443,75	R\$ 8.011,33	R\$ 9.727,54

	SUGERIDO: L200 OU SIMILAR OU SUPERIOR.				
03	LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO TIPO PICK-UP DE PEQUENO PORTE, CABINE DUPLA, COM ATÉ 2 ANOS DE USO, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.3 CC, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 5 PESSOAS, EQUIPADO COM AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 600 KG, BICOMBUSTÍVEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2022. AS DESPESAS COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. O COMBUSTÍVEL E O MOTORISTA SERÃO POR CONTA DA CONTRATANTE. MODELOS SUGERIDOS: STRADA, SAVEIRO OU SIMILAR OU SUPERIOR.	MÊS	R\$ 6.583,33	R\$5.755,79	R\$ 6.169,56
04	LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO SUV COMPACTO, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2023 OU SUPERIOR, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 120CV, BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA/ETANOL), 04 (QUATRO) PORTAS, COM AR CONDICIONADO, FREIOS ABS COM EBD, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE, VIDROS ELÉTRICOS, TRAVA	MÊS	R\$ 11.994,16	R\$ 5.861,22	R\$ 8.927,69

	ELÉTRICA DAS PORTAS, ALARME ANTIFURTO, COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) AIRBAGS, SISTEMA DE ÁUDIO COM RÁDIO AM/FM INTEGRADO, MP3, USB: SEM MOTORISTA: COM MANUTENÇÃO INCLUSA, ADESIVADO CONFORME O MODELO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA, SEGURO PRÓPRIO E CONTRA TERCEIRO, SISTEMA DE RASTREAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR, MAPA DE BORDO, CONTROLE DE VELOCIDADE E CONSUMO, LIVRE DE QUILOMETRAGEM NA COR BRANCA.				
05	LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO TIPO PERUA, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2013, CAPACIDADE MÍNIMA DE 09 LUGARES INCLUINDO MOTORISTA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 56CV A 80CV, MOTORIZADO 1.4, CINTOS DE SEGURANÇA PORTAS DESLIZANTES, TRANSMISSÃO MANUAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA LICENCIAMENTO, SEGUROR E IPVA POR CONTA DA CONTRATADA, COM SUBSTITUIÇÃO DO VEÍCULO QUANDO EM MANUTENÇÃO, MODELO SUGERIDO: KOMBI/SIMILAR OU SUPERIOR.	MÊS	R\$ 8.410,00	R\$ 5.475,00	R\$ 6.942,50

06	LOCAÇÃO MENSAL DE VEICULO TIPO MINIVAN, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ANO DE FABRICAÇÃO 2020 EM DIANTE, 4 PORTAS: CAPACIDADE MÍNIMA PARA 7 PESSOAS, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1400CC, MÍNIMO DE 110CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, AR CONDICIONADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, AIRBAGS FRONTAIS E LATERAIS, FREIOS ABS, SEGURO TOTAL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA, SEM MOTORISTA, MODELOS SUGERIDOS: CEVROLET SPIN / FIAT DOBLÔ/ SIMILAR OU SUPEIOR.	MÊS	R\$ 5.208,33	R\$ 5.338,75	R\$ 5.273,54
07	LOCAÇÃO MENSAL DE AMBULANCIA TIPO B Suporte Básico de Vida (SBV): INDICADA PARA PACIENTES COM RISCO DE VIDA DESCONHECIDO, MAS QUE NÃO EXIGEM INTERVENÇÃO NO LOCAL. EQUIPADA COM DESFIBRILADOR, OXIGÊNIO E ITENS PARA PRIMEIROS SOCORROS, EQUIPADA CONFORME NORMAS, COM MANUTENÇÃO, E SEGURO INCLUSOS.	MÊS	R\$ 8.300,00	R\$ 9.395,00	R\$ 8.847,50

2.4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QNT.	UND.	TAXA	VALOR TOTAL PROCES SO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM GERAL ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.	12	MÊS	0,50 %	R\$ 7.797.164 ,88	R\$ 7.836.150,70
VALOR TOTAL						R\$ 7.836.150,70

2.5. DESCRIÇÃO POR SECRETARIA

2.5.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QNT.	UND.	VALOR UNITÁRIO ESTIMAD O	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM GERAL ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.	12	MÊS	R\$ 580.970,12	R\$ 6.971.641,44
VALOR TOTAL					R\$ 6.971.641,44

2.5.2. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QNT.	UND.	VALOR UNITÁRIO ESTIMAD O	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM GERAL ATRAVÉS DE REDES DE	12	MÊS	R\$ 41.391,67	R\$ 496.700,04

ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.					
VALOR TOTAL					R\$ 496.700,04

2.5.3. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QNT.	UND.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM GERAL ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.	12	MÊS	R\$ 19.335,28	R\$ 232.023,36
VALOR TOTAL					R\$ 232.023,36

2.5.4. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QNT.	UND.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM GERAL ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA - TO, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.	12	MÊS	R\$ 8.066,67	R\$ 96.800,04
VALOR TOTAL					R\$ 96.800,04

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de o Município de Formoso do Araguaia – TO aperfeiçoar o atendimento das demandas relacionadas à disponibilização de veículos de passeio, máquinas pesadas e equipamentos destinados ao suporte das atividades administrativas, operacionais e de infraestrutura desenvolvidas pelas secretarias e fundos municipais, mediante

adoção de solução integrada, moderna e compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.2. Historicamente, essas necessidades vêm sendo atendidas por meio de contratações promovidas de forma separada, em linhas distintas, modelo que permitiu à Administração suprir suas demandas ao longo do tempo, mas que exige a condução de múltiplos processos licitatórios, a formalização de instrumentos diversos e o gerenciamento simultâneo de diferentes contratações voltadas a objetos correlatos. Embora esse formato tenha sido suficiente em determinados contextos, a evolução das necessidades administrativas e a busca por maior racionalidade na gestão pública evidenciaram a conveniência de adoção de solução mais integrada, apta a proporcionar maior padronização de procedimentos, centralização das informações gerenciais e aprimoramento do controle contratual.

3.3. A modelagem ora proposta decorre justamente dessa diretriz de modernização administrativa. Ao invés de a Administração permanecer vinculada a contratações isoladas, com gestão descentralizada e tratamento separado de demandas semelhantes, opta-se pela contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado, por meio de sistema eletrônico e rede de estabelecimentos credenciados, apta a viabilizar a disponibilização dos veículos, máquinas e equipamentos conforme a necessidade efetiva do Município.

3.4. A adoção desse modelo apresenta vantagens administrativas, operacionais e econômicas relevantes. Sob o aspecto administrativo, a solução possibilita centralização da gestão em uma única plataforma, permitindo melhor organização dos fluxos de solicitação, autorização, acompanhamento e controle das locações realizadas pelas unidades demandantes. Sob o aspecto operacional, proporciona maior agilidade na disponibilização dos bens necessários à execução das atividades públicas, além de ampliar a capacidade de atendimento das diversas secretarias e fundos municipais, inclusive em situações em que haja necessidade de equipamentos específicos ou atendimento simultâneo de demandas distintas. Sob o aspecto econômico, o modelo contribui para o uso mais racional dos recursos públicos, na medida em que permite contratações conforme a demanda real da Administração, evitando a rigidez financeira normalmente associada a modelos tradicionais de locação direta, nos quais há pagamento contínuo durante a vigência contratual, independentemente do grau efetivo de utilização dos bens contratados.

3.5. Outro ponto que reforça a vantajosidade da solução está relacionado à ampliação da competitividade. A utilização de rede de estabelecimentos credenciados, aliada ao gerenciamento informatizado, permite que a Administração tenha acesso a um universo mais amplo de fornecedores aptos a atender suas demandas, o que favorece a obtenção de condições mais vantajosas, maior rastreabilidade das contratações realizadas e melhor controle gerencial sobre a execução contratual. Esse aspecto é particularmente relevante em um cenário no qual se busca não apenas contratar, mas contratar com maior qualidade de informação, maior transparência e maior capacidade de fiscalização.

3.6. Ressalta-se, ainda, que a solução foi definida a partir de estudo técnico prévio, levantamento de mercado e análise comparativa entre modelos de contratação, tendo sido considerada a realidade administrativa do Município, a experiência decorrente de contratações anteriores, as particularidades das duas linhas de atendimento envolvidas, quais sejam, a locação de veículos de passeio e a

locação de máquinas pesadas, bem como a necessidade de conferir maior robustez metodológica à formação do valor estimado da contratação. Para tanto, foram utilizadas metodologias distintas de pesquisa de preços e elaboradas planilhas específicas de composição de custos, justamente para que a modelagem adotada refletisse com maior fidelidade as características de cada segmento e assegurasse consistência técnica ao processo.

3.7. Importa registrar que a presente contratação possui caráter estratégico para a Administração Municipal, não apenas por buscar resolver necessidades concretas relacionadas à disponibilização de meios para execução das atividades públicas, mas também por representar avanço no modelo de gestão adotado pelo Município. Trata-se de solução estruturada para proporcionar maior previsibilidade administrativa, maior controle da despesa, melhor aproveitamento dos recursos públicos e maior capacidade de resposta às demandas das unidades administrativas, especialmente em contextos nos quais a necessidade de veículos, máquinas e equipamentos varia conforme a natureza, a intensidade e a oportunidade das ações governamentais.

3.8. Além disso, a solução ora proposta revela-se mais aderente à lógica do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a execução ocorrerá de acordo com a demanda efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados, o que reforça a compatibilidade da modelagem com a necessidade de flexibilidade operacional e controle orçamentário ao longo da vigência da ata.

3.9. Por fim, cumpre destacar que a presente contratação não se destina apenas à substituição formal de um modelo por outro, mas sim à implementação de solução mais eficiente e estruturada, apta a aprimorar os mecanismos de planejamento, execução, controle e fiscalização das contratações relacionadas à disponibilização de veículos, máquinas e equipamentos no âmbito do Município de Formoso do Araguaia – TO. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, estando em consonância com as necessidades da Administração e com os princípios que regem as contratações públicas.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação será realizada por Pregão Eletrônico conforme artigo 28, inciso I mediante o critério de julgamento “menor taxa de administração” conforme artigo 33, inciso II, da Lei 14.133/2021, c/c o inciso II do Decreto Municipal nº 012/2024 que assim dispõe, respectivamente:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I – Pregão;

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

II – Menor preço;

Decreto Municipal nº 556/2025. Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

II. Plano de Contratações Anual (PCA): documento que consolida as demandas que o município pretende contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração.

4.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, com adoção do critério de julgamento pelo menor percentual de taxa de administração.

5. DO PRAZO E LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

5.1. A execução dos serviços terá início a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, devendo a empresa contratada disponibilizar o sistema informatizado de gerenciamento em pleno funcionamento no prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da formalização da contratação.

5.2. A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, conforme as necessidades das secretarias e fundos municipais do Município de Formoso do Araguaia – TO.

5.3. O atendimento das solicitações de locação de veículos, máquinas e equipamentos deverá ser realizado por meio da rede de estabelecimentos credenciados pela empresa contratada, observando-se os prazos compatíveis com a natureza da demanda, garantindo a disponibilidade dos bens em tempo hábil para não comprometer a execução das atividades administrativas, operacionais e de infraestrutura do Município.

5.4. Os serviços deverão ser prestados no âmbito do território do Município de Formoso do Araguaia – TO, podendo, quando necessário, abranger outras localidades dentro do Estado do Tocantins, desde que vinculadas às demandas da Administração e previamente autorizadas.

5.5. A empresa contratada deverá assegurar que sua rede credenciada possua cobertura suficiente para atendimento das demandas do Município, garantindo capilaridade, disponibilidade e diversidade de fornecedores aptos a atender às solicitações realizadas pela Administração.

5.6. Deverá ainda ser observada a presença de estabelecimentos credenciados em polos regionais estratégicos, tais como Gurupi – TO e Palmas – TO, considerando sua relevância logística e capacidade de atendimento, de forma a garantir capilaridade, diversidade de fornecedores e suporte adequado às demandas da Administração.

5.7. A Contratada deverá garantir tempo de resposta compatível com a urgência da demanda, especialmente em situações emergenciais, assegurando a disponibilidade dos bens em prazo reduzido quando devidamente justificado pela Administração.

5.8. A Contratada deverá, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, disponibilizar o sistema informatizado de gerenciamento em pleno funcionamento, já integrado à rede de estabelecimentos credenciados devidamente estruturada e ativa, de forma a assegurar o imediato atendimento das demandas da Administração, não sendo admitida a entrega do sistema desacompanhado da rede credenciada operacional, sob pena de caracterização de inexecução contratual e aplicação das sanções cabíveis.

6. DA VALIDADE DA ARP

6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

6.1.1. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata serão formalizados conforme a necessidade da Administração, respeitados os quantitativos estimados e a disponibilidade orçamentária

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Parágrafo único. Não serão objeto de cancelamento automático os restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual, senão depois de encerrada a vigência destes, nem os vinculados a contratos rescindidos, nos casos dos §§ 8º e 9º do art. 90 desta Lei. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\).](#)

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - A autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

6.2. A Contratada deverá tratar os dados e informações da Administração exclusivamente para a execução contratual, observando a legislação aplicável, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), sendo vedado o compartilhamento indevido com terceiros.

7. DO VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO/FORMAÇÃO DE PREÇOS

7.1 O valor total estimado para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência é de R\$ 7.836.150,70 (sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, cento e cinquenta reais e setenta centavos), conforme levantamentos de mercado e análises de contratações anteriores realizadas pelo Município

de Formoso do Araguaia – TO, conduzidos pelo Departamento de Compras da Secretaria de Administração e Planejamento.

7.2. A estimativa foi elaborada com base em dados históricos de utilização, valores praticados em contratos anteriores e pesquisas de mercado específicas para os serviços de administração e gerenciamento informatizado da locação de veículos, máquinas pesadas e equipamentos.

7.3. Para composição dos valores estimados, foram utilizadas planilhas de custos detalhadas, contemplando quantitativos previstos, valores de referência de mercado, taxa de administração e demais parâmetros técnicos e financeiros necessários à formação do preço, garantindo consistência, transparência e rastreabilidade das informações.

7.4. Adicionalmente, para fins de aferição de competitividade e obtenção de preço mais vantajoso, adota-se como diretriz a realização de, no mínimo, 03 (três) cotações entre fornecedores credenciados, devendo tais cotações observar critérios uniformes de comparação..

7.5. Todas as cotações utilizadas na formação do valor estimado devem respeitar homogeneidade absoluta, considerando:

- mesmas especificações técnicas e características do bem ou serviço;
- unidade de medida padronizada;
- condições operacionais equivalentes;
- prazos e locais de execução compatíveis.
- Cotações que não atendam a esses critérios de homogeneidade serão desconsideradas para fins de cálculo do valor estimado, assegurando a confiabilidade da média de mercado adotada.

7.6. Para a aferição dos preços praticados, deverão ser observadas sempre que aplicáveis as referências oficiais, incluindo SICRO e SINAPI, bem como pesquisas internas realizadas pela Administração e parâmetros de mercado obtidos por sistemas oficiais ou bases públicas.

7.7. No caso de locação de máquinas e equipamentos, as cotações deverão ser comparadas com os valores de referência das tabelas SICRO ou SINAPI, assegurando que os valores praticados pelos credenciados não excedam os preços de referência oficiais.

7.8. No caso de locação de veículos, as cotações deverão ser realizadas com base em no mínimo três contratos ou Atas de Registro de Preço existentes na plataforma SICAP/LCO, sendo vedada a contratação por valores superiores à média das cotações obtidas na plataforma, respeitando os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade.

7.9. A adoção de critérios claros e homogêneos na formação do valor estimado garante:

- maior segurança jurídica do processo;
- compatibilidade com os preços de mercado;
- transparência e rastreabilidade das decisões;
- mitigação de riscos de questionamentos futuros quanto a inexequibilidade ou superfaturamento.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas para pagamento do preço referente ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE SOLICITANTE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO	FONTE	FICHA
---------------------	----------------------	----------	-------	-------



MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E FUNDO DE SAÚDE	4.12.10.122.10.2.044	3.3.90.39	1.500.10 02	177
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E FUNDO DE SAÚDE	4.12.10.122.10.2.044	3.3.90.39	1.600	177
MANTER UNIDADES DA SAÚDE	4.12.10.122.10.2.054	3.3.90.39	1.500.10 02	229
MANTER UNIDADES DA SAÚDE	4.12.10.122.10.2.054	3.3.90.39	1.600	229
MANTER PRONTO SOCORRO	4.12.10.122.10.2.065	3.3.90.39	1.500.10 02	267
MANTER PRONTO SOCORRO	4.12.10.122.10.2.065	3.3.90.39	1.600	267
MANTER O CAPS	4.12.10.122.10.2.385	3.3.90.39	1.500.10 02	546
MANTER O CAPS	4.12.10.122.10.2.385	3.3.90.39	1.600	546
MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	4.12.10.122.10.2.067	3.3.90.39	1.500.10 02	276
MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	4.12.10.122.10.2.067	3.3.90.39	1.600	276
MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.13.8.122.11.2.071	3.3.90.39	1.500	294
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA (PSB)	5.13.8.122.11.2.083	3.3.90.39	1.660	344
PROMOVER APRIMORAMENTO GESTÃO DO CADRATRO ÚNICO	5.13.8.122.11.2.082	3.3.90.39	1.660	340
ASSISTÊNCIA SOCIAL À PRIMEIRA INFÂNCIA	5.13.8.122.11.2.314	3.3.90.39	1.660	323
MANTENÇÃO DA SECRET MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8.16.12.122.18.2.014	3.3.90.39	1.500.10 01	378
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	3.7.4.122.3.2.295	3.3.90.39	1.500	61



MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	DO DO	3.7.4.122.3.2.036	3.3.90.39	1.500	26
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, HAB. E SANEAMENTO	DA	3.7.4.122.3.2.297	3.3.90.39	1.500	88

ÓRGÃO/UNIDADE SOLICITANTE	FONTE	VALOR POR FONTE	PERCENTUAL POR FONTE
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E FUNDO DE SAÚDE	1.500.1002	R\$ 74.505,01	0,96%
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA E FUNDO DE SAÚDE	1.600	R\$ 74.505,01	0,96%
MANTER UNIDADES DA SAÚDE	1.500.1002	R\$ 49.670,00	0,64%
MANTER UNIDADES DA SAÚDE	1.600	R\$ 49.670,00	0,64%
MANTER PRONTO SOCORRO	1.500.1002	R\$ 24.835,00	0,32%
MANTER PRONTO SOCORRO	1.600	R\$ 49.670,00	0,64%
MANTER O CAPS	1.500.1002	R\$ 49.670,00	0,64%
MANTER O CAPS	1.600	R\$ 49.670,00	0,64%
MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	1.500.1002	R\$ 24.835,00	0,32%
MANTER AÇÕES DA VIGILANCIA SANITARIA	1.600	R\$ 49.670,00	0,64%
MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.500	R\$ 41.624,01	0,53%
SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA (PSB)	1.660	R\$ 20.328,01	0,26%
PROMOVER APRIMORAMENTO GESTÃO DO CADRATRO ÚNICO	1.660	R\$ 19.360,01	0,25%
ASSISTÊNCIA SOCIAL Á PRIMEIRA INFÂNCIA	1.660	R\$ 15.488,00	0,20%
MANTENÇÃO DA SECRET MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.500.1001	R\$ 336.080,04	4,32%
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.500	R\$ 1.394.328,29	17,89%
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	1.500	R\$ 348.582,07	4,48%
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, HAB. E SANEAMENTO	1.500	R\$ 5.228.731,42	67,07%

TOTAL		R\$7.797.164,88	100%
--------------	--	------------------------	-------------

9. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento à Contratada será realizado com base nos valores efetivamente executados no período, correspondentes às locações realizadas por meio da rede credenciada, devidamente registradas e validadas no sistema informatizado de gerenciamento disponibilizado.

9.2. A Contratada deverá apresentar, mensalmente, fatura acompanhada de relatório detalhado extraído do sistema, contendo, no mínimo:

- Identificação das locações realizadas no período;
- Identificação dos fornecedores credenciados utilizados;
- Valores individuais e totais das locações;
- Aplicação da taxa de administração contratada;
- Consolidação dos valores fardados.

9.3. O pagamento ficará condicionado à:

9.3.1. validação, pelo fiscal do contrato, da conformidade dos serviços prestados;

9.3.2. verificação da regularidade das informações constantes nos relatórios apresentados;

9.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Eventuais inconsistências nos relatórios ou na execução dos serviços implicarão a suspensão do prazo de pagamento até a devida regularização pela Contratada.

9.6. Eventuais inconsistências nos relatórios ou na execução dos serviços implicarão a suspensão do prazo de pagamento até a devida regularização pela Contratada.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 A Contratante obriga-se a proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa executar o objeto contratado, garantindo o acesso às informações, fluxos administrativos e autorizações indispensáveis ao adequado funcionamento da solução. Caberá à Administração designar formalmente gestor e fiscal do contrato, bem como, quando necessário, equipe de apoio à fiscalização, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurando o acompanhamento contínuo, sistemático e efetivo da execução contratual.

10.2 A Contratante deverá estabelecer e manter fluxos administrativos internos para solicitação, autorização e acompanhamento das locações, garantindo que todas as demandas sejam devidamente justificadas, previamente autorizadas e registradas por meio do sistema informatizado disponibilizado pela Contratada, assegurando a rastreabilidade de todas as operações realizadas no âmbito da contratação.

10.3 Compete ainda à Administração promover a análise das cotações apresentadas pelos fornecedores integrantes da rede credenciada, selecionando a proposta mais vantajosa, observados os critérios de economicidade, oportunidade e necessidade, sendo vedada a contratação automática sem a devida validação administrativa. Deverá, também, exercer o controle da execução contratual por meio do acompanhamento contínuo das locações realizadas, verificando a conformidade dos serviços prestados, a adequação dos veículos, máquinas e equipamentos disponibilizados e a compatibilidade dos valores praticados com as condições de mercado.

10.4 A Contratante deverá manter controle atualizado dos quantitativos utilizados, dos valores executados e do saldo disponível da Ata de Registro de Preços, assegurando o respeito aos limites orçamentários e à programação financeira do Município, bem como efetuar o pagamento à Contratada somente após a verificação da regular execução dos serviços, da conformidade das informações registradas no sistema e da regularidade fiscal da empresa.

10.5 Caberá, ainda, à Administração registrar e comunicar formalmente à Contratadas quaisquer irregularidades identificadas na execução dos serviços, exigindo a adoção de medidas corretivas, bem como zelar pela adequada utilização dos veículos, máquinas e equipamentos contratados, garantindo que sejam utilizados exclusivamente para atendimento das finalidades institucionais.

10.6 A Contratante deverá promover a orientação e capacitação dos servidores responsáveis pela utilização do sistema informatizado, conforme previsto neste Termo de Referência, assegurando a correta operacionalização da solução, bem como garantir a segregação de funções entre as atividades de solicitação, autorização e fiscalização das locações, de forma a fortalecer os mecanismos de controle interno.

10.7 Por fim, caberá à Administração aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, bem como adotar medidas de controle e auditoria interna sobre a execução da contratação, utilizando os relatórios gerenciais disponibilizados pelo sistema para monitoramento da eficiência, economicidade e regularidade dos serviços prestados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada deverá executar o objeto contratual em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital, na proposta apresentada e na legislação aplicável, responsabilizando-se integralmente pela adequada prestação dos serviços de administração e gerenciamento informatizado da locação de veículos, máquinas e equipamentos.

11.2 Deverá disponibilizar sistema informatizado, em ambiente web, em pleno funcionamento, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, contendo funcionalidades que permitam o controle de usuários por perfil de acesso, o registro e a rastreabilidade de todas as operações realizadas, a gestão de solicitações, autorizações e contratações, a emissão de relatórios gerenciais e operacionais, o controle de saldos e valores utilizados, a identificação dos fornecedores credenciados, bem como a possibilidade de exportação de dados.

11.3 A Contratada deverá manter rede de estabelecimentos credenciados aptos à prestação dos serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos, garantindo cobertura suficiente no Município de Formoso do Araguaia e região, bem como diversidade de fornecedores e capacidade de atendimento às demandas da Administração, devendo comprovar cobertura geográfica compatível com as demandas do Município, incluindo presença em polos regionais estratégicos ou quantitativo suficiente de fornecedores para assegurar a realização das cotações exigidas neste Termo de Referência.

11.4 Será responsável pela administração da rede credenciada, devendo realizar o credenciamento, manutenção e eventual descredenciamento de fornecedores, assegurar que estes atendam às exigências legais e técnicas aplicáveis e garantir que os preços praticados estejam compatíveis com os valores de mercado.

11.5 A Contratada deverá assegurar que todas as operações sejam realizadas por meio do sistema informatizado disponibilizado, sendo vedada a realização de contratações fora da plataforma, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração.

11.6. Deverá disponibilizar suporte técnico e operacional à Administração durante toda a vigência contratual, garantindo atendimento adequado às demandas, solução de eventuais falhas no sistema e orientação aos usuários quanto à correta utilização da plataforma.

11.7. A Contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos e sempre que solicitado pela Administração, contendo informações detalhadas acerca dos valores contratados e executados, dos fornecedores utilizados, da movimentação das contratações e do histórico das operações realizadas.

11.8. Deverá garantir a segurança da informação e a confidencialidade dos dados tratados no âmbito da execução contratual, adotando medidas técnicas e administrativas adequadas, em conformidade com a legislação vigente.

11.9. A Contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, comunicando imediatamente à Administração qualquer alteração que possa comprometer sua regularidade.

11.10. Responderá integralmente por falhas na prestação dos serviços, inclusive aquelas decorrentes de atos de seus fornecedores credenciados, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11.11. Deverá adotar, sempre que necessário, as medidas corretivas determinadas pela fiscalização, no prazo estipulado pela Administração, visando sanar irregularidades ou falhas na execução dos serviços.

11.12. A atuação da fiscalização da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada quanto à execução do objeto contratual.

11.13. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, rede de estabelecimentos credenciados em quantidade suficiente para garantir a competitividade e a adequada execução do objeto, observadas as exigências mínimas de cobertura e capacidade operacional previstas neste Termo de Referência.

11.14. No que se refere à formação dos preços, a Contratada deverá assegurar que, para cada demanda de locação de veículos, máquinas ou equipamentos, seja realizado processo de cotação por meio do sistema informatizado, com a obtenção de, no mínimo, 03 (três) propostas válidas de fornecedores credenciados, devidamente registradas, contendo identificação dos fornecedores, valores apresentados, data da cotação e demais informações necessárias à rastreabilidade do processo.

11.15. Para locação de máquinas e equipamentos, a Contratada deverá, além da cotação mínima entre fornecedores credenciados, realizar análise comparativa com os valores constantes das tabelas oficiais SICRO e/ou SINAPI, vigentes na data da contratação, devendo assegurar que os

valores cotados e contratados não sejam superiores aos referenciais adotados, sob pena de glosa dos valores excedentes e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11.16. Para locação de veículos, a Contratada deverá, além da cotação mínima entre fornecedores credenciados, realizar pesquisa de preços complementar mediante análise de, no mínimo, 03 (três) contratações públicas vigentes, formalizadas por meio de contratos ou Atas de Registro de Preços, registradas no sistema SICAP/LCO, ou outro sistema oficial equivalente, considerando objetos similares e condições compatíveis com a demanda.

11.17. Os valores das locações de veículos não poderão ser superiores ao valor médio apurado a partir das referências obtidas no SICAP/LCO, devendo a Contratada assegurar a compatibilidade dos preços praticados com os parâmetros identificados, sob pena de glosa dos valores excedentes e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11.18. Excepcionalmente, será admitida a contratação por valores superiores aos referenciais estabelecidos, tanto para máquinas e equipamentos quanto para veículos, desde que devidamente comprovada, de forma documental, a inviabilidade de atendimento aos valores de referência, mediante justificativa técnica circunstanciada, acompanhada das cotações realizadas e demais elementos que evidenciem a realidade de mercado, devendo tal justificativa ser previamente submetida à análise e aprovação da Administração e devidamente registrada no sistema informatizado.

11.19. A ausência de comprovação adequada da excepcionalidade ou a apresentação de justificativa genérica implicará na recusa da contratação, sem prejuízo da responsabilização da Contratada.

11.20. A Contratada será integralmente responsável por todos os serviços de manutenção, preventiva e corretiva, dos veículos, máquinas e equipamentos disponibilizados por meio da rede credenciada, incluindo fornecimento de peças, mão de obra e demais insumos necessários, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade, ônus ou encargo decorrente dessas atividades.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

12.1 O recebimento dos serviços será realizado de forma contínua, considerando a natureza do objeto, mediante verificação da adequada execução das locações e do funcionamento do sistema informatizado.

12.2 O recebimento provisório ocorrerá pelo fiscal do contrato, mediante a verificação:

12.2.1. Do funcionamento regular do sistema informatizado;

12.2.2. Da correta execução das locações realizadas no período;

12.2.3. Da conformidade das informações registradas no sistema e apresentadas nos relatórios.

12.3 O recebimento definitivo será formalizado após a validação:

12.3.1. Da consistência dos dados apresentados;

12.3.2. Do atendimento integral às condições contratuais.

12.4 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando constatadas irregularidades na execução dos serviços, inconsistências nos relatórios ou descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, devendo a Contratada promover as devidas correções no prazo estabelecido pela Administração.

12.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto, nem a obriga a reparar eventuais falhas identificadas posteriormente.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO/CONTRATO

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 118. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

Art. 119. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

Art. 120. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

Art. 121. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§1º A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.

§2º Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

§3º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - Exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - Condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - Efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - Em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - Estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

§4º Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

§5º O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com

dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Art. 123. A Administração terá o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos por esta Lei, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

Parágrafo único. Salvo disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 A habilitação da(s) Licitante(s) pessoa jurídica será aferida por intermédio dos documentos comprobatórios de Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e as Declarações assinaladas exigidas neste Edital.

14.2 A habilitação da(s) Licitante(s) pessoa física deverá obedecer às cláusulas previstas no Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116 de 21 de dezembro de 2021.

14.3 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia autenticada em cartório, ou por servidor desta Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério do pregoeiro solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes.

14.5 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (*modelo anexo VII*)

14.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

15. HABILITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

15.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

15.2 Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

15.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

15.4 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.5 Tratando-se de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), apresentar **Declaração própria de Enquadramento (modelo anexo IV) acompanhada da Certidão Simplificada** expedida pela respectiva Junta Comercial com data da expedição do exercício atual, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei 123/2006.

15.6 Os microempresários individuais, por serem dispensados de apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, deverão comprovar o ramo de atividade compatível mediante a apresentação do **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual**.

15.7 Cópia autenticada do Documento de **Identidade e do CPF dos sócios ou diretores**, quando for o caso.

15.8 Certidão de **Nada Consta** emitida Pelo Tribunal de Contas da União/TCU - TIPO: CNPJ, a ser emitida no site <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>.

15.9 Nada consta no **Cadastro de Condenações Cíveis** por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, Supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

15.10 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

15.11 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

1.1. As certidões precisam estar tanto no CNPJ quanto em nome do Sócio majoritário por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1 Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, atestando aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objetivo desta licitação. Com entregas satisfatórias, comprovando aptidão para o fornecimento do objeto pertinente de maneira compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência.

17. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

17.1 Prova de no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) – (somente em caso de MEI ou pessoa física), ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) no Ministério da Fazenda;

17.2 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado, a saber:

ii.i. Se o Ramo de Atividade da empresa for Comércio, deverá apresentar prova da Inscrição Estadual.

ii.ii. Se o Ramo de Atividade da empresa for Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da Inscrição Municipal.

ii.iii. Se o Ramo de Atividade da empresa envolver Comércio e Prestação de Serviços, deverá apresentar prova da Inscrição Estadual e Municipal.

17.3 Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Pública Federal – CND (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.

17.4 Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual, referente ao domicílio ou sede do licitante, relativos a atividade da empresa, ou **a declaração de isenção ou de não incidência**, assinada pelo representante legal do licitante sob as penas da Lei.

17.5 Prova de Regularidade Fiscal junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante mediante apresentação da Certidão Negativa de **Tributos Mobiliários**.

17.6 Prova de Regularidade Relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

17.7 Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

17.8 Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (*modelo anexo I*)

17.9 Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública. (modelo anexo - II)

17.10 Declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação direta; (modelo anexo - III)

18. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

18.1 **Balço patrimonial**, em caso de pessoas jurídicas, visando a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, com autenticação na junta comercial do estado da licitante.

18.2 Certidão negativa de feitos sobre **falência (pessoa jurídica) ou inexistência de insolvência civil (pessoa física)** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

ii.i. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

18.3 Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos **índices econômicos** previstos no edital. (*modelo anexo VI*)

iii.i os índices apresentados devem obedecer: *índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).*

iii.i fica dispensada a declaração caso os índices solicitados venham acompanhados ao balanço.

18.4 Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

18.5 Os documentos referidos no item *i*. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

19. OUTROS DOCUMENTOS EXIGIDOS NA HABILITAÇÃO

19.1 CADASTRO DE DADOS DO CONCORRENTE (CDC) (*modelo anexo IV*)

i.i. Os dados informados deverão estar corretos e atualizados.

i.ii Será **INABILITADO** o licitante que deixar de apresentar o cadastro acima.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Pela inexecução total ou parcial e pelo descumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste termo de referência serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento de contrato.

20.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar em sanções previstas na nova Lei de licitações 14.133/2021.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Formoso do Araguaia – TO, 27 de fevereiro de 2025.

APROVADO POR:



LUIZ GONZAGA RODRIGUES DA MOTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DAVI GOMES DOS SANTOS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RAFAELLA DE PAULA MELO CARVALHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SUELLY TEIXEIRA SANTOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

ANEXO I

**MODELO – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

NOME DA EMPRESA inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art 14 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2024, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cidade, xx, de _____, de 2024

Empresa/CNPJ
Representante Legal

ANEXO II

MODELO – DECLARAÇÃO FATOS IMPEDITIVOS

.....(Razão Social da Empresa)....., estabelecida na(endereço completo)....., inscrita no CNPJ/CPF sob n.º, neste ato representada pelo seu(representante/sócio/procurador)....., brasileiro, RG n.º....., CPF n.º..... residente e domiciliado (endereço), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para todos os fins de direito junto a Dispensa de Licitação n.º xxx/2024, do Município de Formoso do Araguaia/TO, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 63, inciso II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações subsequentes.

Cidade, xx de de 202x

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
REPRESENTANTE LEGAL/CPF

ANEXO III

**MODELO – DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL E TERMO DE
REFERÊNCIA**

.....(Razão Social da Empresa)....., estabelecida na(endereço completo)....., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu(representante/sócio/procurador)....., brasileiro, RG n.º....., CPF n.º..... residente e domiciliado (endereço), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para todos os fins de direito junto ao Pregão Eletrônico n° XXX/2025, do Município de Formoso do Araguaia/TO que:

- A proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e está de acordo com as exigências constantes no edital, Termo de Referência e seus anexos, sendo as mesmas consideradas na elaboração da nossa proposta.
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se fizerem necessárias;

Cidade, xx de de 202x

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
REPRESENTANTE LEGAL/CPF

ANEXO IV

CDC - CADASTRO DE DADOS DO CONCORRENTE

NOME FANTASIA:			
CNPJ:			
INSCRIÇÃO ESTADUAL/ MUNICIPAL:			
DADOS DE CONTATO PESSOA JURÍDICA			
FONE (1):		FONE (2):	
Email:		WHATSAPP:	
DADOS DE CONTATO REPRESENTANTE LEGAL/INDICADO NO PROCESSO			
NOME COMPLETO:			
CPF:		RG:	
EMAIL:		WHATSAPP:	
FONE (1):		FONE (2):	
OUTROS DEPARTAMENTOS			
<i>DEVE-SE INDICAR O SETOR RESPONSÁVEL - (FINANCEIRO, CONTRATOS, ETC)</i>			
SETOR:			
RESPONSÁVEL(EIS):			
EMAIL:		WHATSAPP:	
FONE(1):		FONE(2):	



ANEXO V

MODELO – DECLARAÇÃO ME/EPP/MEI

_____ (nome da empresa), estabelecida na _____ (rua; nº e cidade), por seu representante legal _____ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar), declara, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME (), Empresa de Pequeno Porte – EPP () ou Microempreendedor Individual – MEI (), perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

Cidade, xx, de _____, de 2024

Empresa/CNPJ
Representante Legal

ANEXO VI

MODELO – DECLARAÇÃO ÍNDICES ECONÔMICOS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ANO DE REFERÊNCIA:

Ativo Circulante = R\$

Realizável a Longo Prazo = R\$

Passivo Circulante = R\$

Passivo Não Circulante = R\$

Ativo Total = R\$

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$ ILG = R\$

$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$ ILG = R\$

$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$ ISG = R\$

PL = R\$ 0,00

- ILG = índice de liquidez geral
- ILC = índice de liquidez corrente
- ISG = índice de solvência geral
- AT = ativo total
- AC = ativo circulante
- RLP = realizável em longo prazo
- PC = passivo circulante
- ELP = exigível em longo prazo
- PL = patrimônio líquido.

Declaro para os devidos fins que as informações contidas acima foram extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa.,

Cidade, xx, de ,de 2024



Contador/CRC
Carimbo

Assinatura (indicação do subscritor)

ANEXO VII

MODELO – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa----- (razão social da empresa que pretende se cadastrar), estabelecida na----- (endereço completo da empresa que pretende se cadastrar), CNPJ----- (da empresa que pretende se cadastrar), foi nossa fornecedora de serviços em ----- (especificar as SUB ÁREAS de atuação detalhando o(s) tipo(s) de Serviço(s)) no período de -----dd/mm/aaaa a -----dd/mm/aaaa. A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Cidade, xx de de 202x

RAZÃO SOCIAL

CNPJ

REPRESENTANTE/CPF

CARGO

ANEXO 02

MINUTA – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA/TO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/2025

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORMOSO DO ARAGUAIA/TO, com sede na Avenida Hermínio Azevedo Soares, nº 150, centro, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº -----, representado pelo o -----, brasileiro, solteiro, portador do RG nº ----- SSP/-- e inscrito no CPF sob nº -----, residente e domiciliado nesta cidade e estado, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais pedagógicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de ensino da rede municipal (Educação Básica, Educação Infantil – Atendimento em Pré-escola, Educação Infantil – Atendimento em Creches) e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Formoso do Araguaia –TO.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM DO TR	Fornecedor _____, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº -----, estabelecida na doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador da Cédula de Identidade nº----- SSP/ e CPF (MF) n°-----.						
X	ESPECIFICAÇÕES	MARCA (se exigida no edital)	MODELO (se exigido no edital)	UND	QTD MÁXIMA	VALOR UNT	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORMOSO DO ARAGUAIA.

<i>Item nº</i>	<i>Descrição</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente a sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 5.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere ao anexo do cadastro de reserva, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

5.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.10.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES DA ARP

6.1- Além das obrigações constantes na Lei nº 14.133/21 são obrigações da FORNECEDORA DA ARP:

a) Fornecer o objeto/serviços na quantidade, qualidade, local, prazo e condições estipulados neste Termo de Referência, bem como, na proposta apresentada e atualizada, conforme valor adjudicado e homologado, em perfeitas condições de utilização, sendo observadas as exigências e informações do servidor

responsável, sem nenhum custo oneroso para o Órgão Gerenciador em relação ao fornecimento do objeto;

b) Responsabilizar-se com as despesas concernentes ao fornecimento do objeto compreendendo, encargos sociais, tributos, impostos, taxas, seguros e encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outros encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento;

c) Arcar com qualquer prejuízo causado ao objeto em decorrência de seu serviço;

d) Trocar, reparar, corrigir no prazo estipulado e às suas expensas o objeto caso venha a ser recusado no ato de recebimento provisório e/ou definitivo (*em caso de produtos*);

e) Substituir, no prazo já estipulado, o objeto que não esteja dentro do padrão de qualidade exigido, em bom estado de conservação, estocagem e armazenamento, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência; (*em caso de produtos*);

f) Manter todas as condições de habilitação exigidas no Instrumento Convocatório do certame;

g) Formalizar pedido de cancelamento do registro de preços em decorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ARP, comprovando e justificando seu pedido;

h) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente causado à Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos;

i) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada que possa influenciar no fornecimento do objeto, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

j) Atender com prontidão às reclamações por parte do receptor do objeto;

k) Comunicar ao Órgão Gerenciador da modificação de seu endereço ou informações de contato, sob pena de se considerar inteirada eventuais notificações realizadas no endereço constante na ARP;

l) Comunicar ao servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ARP, por escrito e tão logo constatado, qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis e necessárias;

m) Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega do objeto, não cabendo, portanto a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor;

n) Optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de processo de Adesão à Ata de Registro de Preços, a ser firmada, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ARP, assumidas com o Órgão Gerenciador, observadas as condições nela estabelecidas.

6.2- Além das obrigações constantes na Lei nº 14.133/21 são obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP:

- a) Gerenciar todos os atos de controle, fiscalização, administração e execução da Ata de Registro de Preços;
- b) Providenciar a assinatura e a publicação da ARP;
- c) Arcar com as despesas de publicação do extrato desta ARP;
- d) Emitir pedido de compra do objeto conforme necessidade de aquisição;
- e) Notificar à Fornecedora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida em que for necessário;
- f) Receber provisória e definitivamente o objeto solicitado e efetivamente entregue;
- g) Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedora sobre irregularidades observadas no cumprimento da ARP;
- h) Atestar, através de servidor responsável, a(s) Nota(s) Fiscal(is) emitidas pela Fornecedora/Beneficiária da ARP;
- i) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os registrados na ARP, mantendo atualizada a listagem de preços que contemple o objeto, realizando periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da ARP;
- j) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- k) Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação da Fornecedora conforme exigido na licitação;
- l) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, bem como as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em caso de inadimplemento ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às contratações;
- m) Notificar a Fornecedora por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- n) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato;
- o) Consultar a(s) detentora(s) da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o material a órgão(s) não participante(s) que externem a intenção de utilizar a ARP;
- p) Autorizar ou não a adesão de órgãos não participantes nesta ARP e conseqüentemente a aquisição ou contratação observado o prazo de vigência da mesma.

6.2.1- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Fornecedorora não puder cumprir os compromissos assumidos, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) Liberar a Fornecedorora do compromisso assumido, mediante comunicação antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovação apresentados pelo fornecedor não puder cumprir o compromisso; e
- b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7. DO(S) ÓRGÃO(S) ADERENTE(S)

7.1 Consultar o Órgão Gerenciador da ARP para manifestação sobre a possibilidade de adesão quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços;

7.2 Responsabilizar-se pela realização e arcar com as despesas de publicação do Termo de Adesão da ARP;

7.3 Identificar o objeto e os quantitativos que tem interesse em fazer adesão, não excedendo a 50 % por cento dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ARP para o Órgão Gerenciador;

7.4 Efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, após a autorização do Órgão Gerenciador, dentro o prazo de vigência da ARP;

7.5 Responsabilizar-se por atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador;

7.6 Observar o cumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Notificar, formal e tempestivamente a Fornecedorora/Detentora sobre as irregularidades observadas no cumprimento da ARP, e sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

7.8 Prestar à Detentora/Fornecedorora todos os esclarecimentos necessários à execução da Ata de Registro de Preços;

7.9 Emitir requisição/solicitação do objeto solicitado para entrega;

7.10 Informar a Fornecedorora/Detentora da retirada da Nota de Empenho ou outro documento hábil para formalização contratual dos quantitativos solicitados à medida que for necessário;

7.11 Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Fornecedorora/Detentora da ARP desde que não haja impedimento legal para o ato.

8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a

alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

9.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

9.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no item 9.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

10.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

10.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

10.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 10.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

11. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1. Por razão de interesse público;

11.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

12.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

12.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes*.

14. DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente ARP, elegem as partes como foro, a Comarca de Formoso do Araguaia/TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Formoso do Araguaia – TO xx de de 2025.

FUNDO MUNICIPAL DE DUCAÇÃO DE FORMOSO DO ARAGUAIA/TO
SEC. M. DE EDUCAÇÃO
O. Gerenciador

ANEXO 03
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° /202x

O -----, com sede na Avenida Hermínio Azevedo Soares, nº 150, centro, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº -----, representado pelo Sr. -----, brasileiro, solteiro, portador do RG nº ----- SSP/TO e inscrito no CPF sob nº -----, residente e domiciliado nesta cidade e estado e de outro lado a firma, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº -----, estabelecida doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr.(a) _ -----, portador da Cédula de Identidade nº----- SSP/ e CPF (MF) nº-----, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Edital do Pregão eletrônico nº ____/2025 Processo Administrativo nº ____/2025 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se CONTRATANTE e CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem como objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais pedagógicos, destinados ao atendimento das necessidades das unidades de ensino da rede municipal (Educação Básica, Educação Infantil – Atendimento em Pré-escola, Educação Infantil – Atendimento em Creches) e da Secretaria Municipal de Educação do Município de Formoso do Araguaia –TO.

1.2 - Os itens que compõe o presente contrato são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 Os preços dos produtos a serem fornecidos são aqueles constantes da Planilha apresentada pela CONTRATADA, sendo que o valor total do contrato é de R\$ ().

2.2 - Os quantitativos indicados na Planilha constante do Anexo I do edital do Pregão n.º ____/202x são meramente estimativos, não acarretando à Administração do CONTRATANTE qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento.

2.3 – Os valores que compõe o presente contrato se encontram em consonância com os preços praticados no mercado, conforme prévia pesquisa realizada pelo Setor de Compras da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1 - A CONTRATADA ficará obrigada a entregar os produtos de acordo com a solicitação na Ordem de empenho, após o recebimento do pedido de serviço/aquisição emitido pela CONTRATANTE.

3.2 – Em caso de recusa do fornecimento pela CONTRATANTE, em razão do mesmo não atender as especificações da proposta apresentada pela CONTRATADA, deverá a empresa substituir o serviço em até 24 horas a contar da notificação da FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO AMPARO LEGAL

4.1 - A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão Eletrônico n° ____/202x e da Ata de Registro de Preço n° ____/202x, realizados com fundamento na Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa n° 73/2022, de 30 de setembro de 2022, Decreto Federal n° 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto n° 11.462, de 31 de março de 2025.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 - A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89 da Lei n.º 14.133/21 e demais disposições.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

6.1 - O contrato terá a sua vigência de até 12 (doze) meses, podendo celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, e suas alterações.

6.2 O contrato poderá ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 107 da Lei n° 14.133/21, desde que para o órgão ou entidade o serviço seja considerado de natureza contínua.

6.3 O Contrato terá seu extrato publicado de acordo com a legislação e no Diário Oficial do Município de Formoso do Araguaia - TO, e a sua íntegra, após assinada será disponibilizada no mesmo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

7.1 - Caberá ao CONTRATANTE:

7.1.1 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA;

7.1.2 - rejeitar qualquer produto/equipamento entregue equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º ____/202x;

7.1.3 - impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste contrato;

7.1.4 - atestar as faturas correspondentes e supervisionar a execução, por intermédio da de servidor especialmente designado para este fim.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

Caberá à CONTRATADA: - responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do fornecimento, como os encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, comprometendo-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

Cabe ainda a contratada, observar, obedecer e aplicar todas as exigências descritas no Termo de Referência;

8.1.1 - Responder pelos encargos fiscais relativos ao presente contrato, bem como as demandas penais e civis que decorrerem da execução desta avença.

8.1.2 - Manter os seus técnicos sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE quando em trabalho no órgão, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

8.1.3 - Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a administração ou a terceiros, durante a execução alvo deste contrato;

8.1.4 - Reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos executados referentes ao objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.1.5 - Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.1.6 - Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato durante toda a execução do contrato, bem como apresenta-la a CONTRATANTE para averiguar a sua regularidade, sempre que instada a fazê-lo.

8.2 - A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos itens relacionais acima, especialmente no que se refere aos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários, não transfere a responsabilidade por seu pagamento o CONTRATANTE, tampouco onerará o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

9.1 - Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

9.1.1 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do CONTRATANTE para executar, direta ou indiretamente, o objeto deste contrato;

9.1.2 - é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

9.1.3 - é permitida a subcontratação de outra empresa para a execução objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor do CONTRATANTE, designado para esse fim.

10.2 - O servidor do CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a autoridade competente do(a) CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

10.4 - A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la durante a execução deste contrato, desde que aceito pela Administração do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATESTAÇÃO

11.1 - A atestação da adequada execução do fornecimento caberá à servidor do CONTRATANTE designado para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - A despesa com a execução do presente contrato está a cargo da dotação orçamentária:

9.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO/UNIDADE SOLICITANTE	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO	FONTE	FICHA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	8.16.12.122.18.2.014	339030	1.500.1001	376
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIMENTO EM PRÉ-ESC	8.16.12.365.41.2.313	339030	1.500.1001	587
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIMENTO EM PRÉ-ESC	8.16.12.365.41.2.313	339030	1.540.0000	587
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL	8.16.12.365.41.2.312	339030	1.500.1001	597

ATENDIMENTO EM CRECHES				
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL ATENDIMENTO EM CRECHES	8.16.12.365.41.2.312	339030	1.540.0000	597
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESENVOLVER ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BASIC	8.16.12.361.18.2.016	339030	1.500.1001	565
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESENVOLVER ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BASIC	8.16.12.361.18.2.016	339030	1.500.1540	565
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DESENVOLVER ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BASIC	8.16.12.361.18.2.016	339030	1.569.0000	565

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1 - Executados e aceitos a execução, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura no Setor Financeiro da (o) CONTRATANTE, para fins de liquidação e pagamento, mediante transferência bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor, até o 30º (trigésimo) dia útil contado da entrega dos documentos.

13.2 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a execução estiver em desacordo com a especificação apresentada e aceita no processo licitatório em referência.

13.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e previdenciária, sem que isso gere direito a alteração de preços, compensação financeira ou aplicação de penalidade ao CONTRATANTE.

13.4 - O prazo de pagamento da execução do fornecimento será contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

13.4.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = TX \Rightarrow I = (6/100) \Rightarrow I = 0,00016438\ 365\ 365$

TX - Percentual da taxa anual = 6% 13.4.2

- A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

13.4.3 - O pagamento mensal da execução somente poderá ser efetuado após a apresentação da nota fiscal/fatura atestada por servidor designado, e verificação da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social - CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

15.1 - No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 125, da Lei n.º 14.133/21.

15.1.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e

15.1.2 - nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.1.1 - advertência;

16.1.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

16.1.3 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

16.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

16.2 - O CONTRATANTE se reserva ao direito de compensar o valor da multa no momento do pagamento da contraprestação a CONTRATADA.

16.3 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, Título I da Lei n.º 14.133/21.

16.4 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1 - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto no artigos 115 da lei n° 14.133/21.

17.1.1 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2 - A rescisão deste contrato poderá ser:

17.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I e II do artigo 124 da Lei n.º 14.133/21, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; 17.2.2 - amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE; ou

17.2.3 - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

18.1 - Este contrato fica vinculado aos termos do Pregão Eletrônico n.º ____/202x, edital e seus anexos, a Ata de Registro de Preço n° ____/202x e aos termos das propostas da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - A publicação do presente contrato, de responsabilidade do CONTRATANTE, deverá ser feita, na Imprensa Oficial, até o vigésimo dia após a sua assinatura, conforme prevê o artigo 94, I, da lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO



20.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Formoso do Araguaia-TO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO.

11.1. Em casos de omissão, aplica-se ao presente contrato a Lei n. 14.133/21.

11.2. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual, o ato que autorizou a contratação direta, a respectiva proposta e o termo de referência, independentemente de transcrição.

Formoso do Araguaia/TO, de de 202x.

FUNDO MUNICIPAL DE -----
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____ CPF _____

2 _____ CPF _____